

1
2 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**
3 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**
4 **COEDE/PR**
5 **Reunião Ordinária de MAIO de 2019**
6

7 Aos sexto dia do mês de maio de dois mil e dezenove, às treze horas e onze minutos, no Palácio das
8 Araucárias Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Sala de Gestão, Fani Lerner, nesta capital, foi
9 realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do
10 Paraná - COEDE/PR. Na presença dos Conselheiros **Governamentais**, Luis Felipe Goubert Cortes
11 SEDS Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e Suplente Flávia Bandeira Cordeiro;
12 Débora de Guelfi Waihrich SESA Secretaria de Saúde, DVPCD, Isaac Ramos Ferreira e Suplente
13 Abimael Mardegan SEJU Secretaria de Justiça, Suplente Larissa Sayuri Yamaguchi SEDS, Cláudia
14 Camargo Saldanha SEED/DEE, o Suplente Mario Sérgio Fortes Esporte Paraná SEET e Quelen
15 Silveira Coden da SEJUF. Os presentes da **Sociedade Civil**, Suplente Selma Maria Hadas dos
16 Santos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruzeiro do Oeste, Suplente Ricardo
17 Vilarinho da Costa da Universidade Livre para a Eficiência Humana UNILEHU, Carlos Roberto
18 Alves de Souza da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Paranaguá; Celma Juliane
19 Siqueira Gomes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos FENEIS, Carla
20 Regina Wingert de Moraes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas, Horaides
21 Defant Souza Borges da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio do
22 Sudoeste, Ivan José de Pádua da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual
23 ACADEVI, Pedro Martendal de Araújo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de
24 Cascavel e Paulo Roberto Michelin Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Curitiba.
25 Realizou-se a reunião que trata das Comissões Permanentes do Conselho. **Abertura da reunião.**
26 Ressalva, para a presença de intérprete. Abre-se para aprovação de pauta e alguns informes. Pauta
27 aprovada. Seguindo com os **Informes**, iniciando com Juliana Muller, Secretaria Executiva, com
28 conferência a mesa, Titulares e suplentes para conferência de quórum mínimo e início da reunião. Na
29 sequência, Jane Vasques, Secretaria Executiva, com os demais informes. **Justificativas de ausências,**
30 Titular Cilmara de Fátima Buss de Oliveira e Suplente Rosa Pedroso da APADEVI de Ponta Grossa,
31 Noemi Nascimento Ansay da SETI e Juvanira Mendes Teixeira da SESP. **Substituições**

32 **Governamentais**, alterações dos Representantes da SEJU, área dos Direitos Humanos e do Trabalho.
33 Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Titular Isaac Ramos Ferreira e Suplente Abimael
34 Mardegan e Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, área do Trabalho, Titular Walmir dos
35 Santos e Suplente Dilço Cruzara. **Convites.** Do dia trinta de abril, Conselho Municipal da Pessoa com
36 Deficiência Umuarama-PR Convocação para reunião do dia seis de maio a respeito do Decreto número
37 nove mil, setecentos e cinquenta e nove, da data de onze de abril do corrente ano. Encaminhados para a
38 Presidência; Além do Ofício do dia trinta de abril, ofício convite de Audiência Pública “Movimento
39 Apaeano” Direitos e Garantias de Defesa da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.
40 Encaminhados para a Presidência. Pontuam os problemas técnicos com os e-mails. Reunião segue com
41 fala do Presidente senhor Luiz Felipe Cortes que registra a presença de Paulo Roberto Michelin de São
42 José dos Pinhais. E ainda faz, um informativo “extra” pauta, em que pede para Flávia Cordeiro dar
43 atenção a Comunicação do Conselho para maior agilidade, bem como, repassar para a Secretaria
44 Executiva tudo que é tratado nas reuniões para que as ações e informações sejam rigorosamente
45 encaminhadas. **Ofícios recebidos.** Ofício quarenta, Aquisição do Bilhete de Passagem com o Passe Livre.
46 Encaminhado para a Comissão de Garantias de Direitos; e Ofício do dia três de maio MDH-CONADE
47 Nota de Parabenização para o Conselho da Pessoa com Deficiência de Uberlândia. Encaminhado ao
48 colegiado para ciência. Pontos relevantes para registro, neste referido mês houve muitos problemas com o
49 Expresso/ e-mail do COEDE. Consecutivo, as atas não estão prontas, porém a equipe está fazendo uma
50 força tarefa para colocar as demandas em dia. **Encerra os Informes da Secretaria Executiva.** Prossegue
51 com a fala o Presidente Luis Felipe Cortes, citando alguns presentes. Convida todos para o FÓRUM que
52 ocorrerá no dia treze deste mês junto ao Ministério do Trabalho e tratará do Programa Jovem Aprendiz,
53 com objetivo maior, segundo ele, que é de evoluir a discussão, não se perder o benefício e atender as cotas.
54 Ainda, diz que o Conselho dá um grande passo com relação a Empregabilidade. Sobre o Programa Jovem
55 Aprendiz, afirma que as discussões e análises avançam positivamente seguindo as normativas. A convite
56 da Presidência, a reunião segue com a presença do senhor Éder Colaço, Diretor do Departamento Estadual
57 do Trabalho. Éder Colaço, dá saudações a todos os presentes, e traz apontamentos importantes do
58 Departamento, além de ideias novas que surgiram após a última reunião em que participou junto de Luis
59 Felipe, Presidente deste Conselho, em que foi tratado da inclusão e da preocupação em se dar melhor
60 efetividade a Pessoa com Deficiência. Éder, cita as interferências de Brasília, do Sistema Federal e

61 descreve o fluxo das atividades do Departamento. São duzentas e dezesseis Agências do Trabalhador e
62 vinte e quatro Escritórios Regionais no Paraná, que comandam essas Agências. O diretor, argumenta a
63 ideia do Governo Federal em se trabalhar com aplicativo, contesta a sua aplicabilidade em uma visão
64 finalística, ponto de preocupação para ele, pois tem dúvidas se o aplicativo irá realmente ofertar autonomia
65 e se a inclusão de fato acontecerá. Manifesta que o importante é conscientizar as Empresas e auxiliá-los no
66 cadastro. Sua empatia com a ideia do Governo Federal é com relação ao cadastro não ser presencial,
67 trazendo um certo descrédito, pois perde-se o controle. Éder Colaço, exemplifica que a cada cinco pessoas
68 encaminhadas ao Processo de seleção da Empresa apenas duas ou três comparecem mas não atendem o
69 perfil da Empresa. Pontua que as Agências contam com mil e duzentos colaboradores e infraestrutura
70 adequada. Cita o município de Campo Largo, que está ofertando cento e oitenta vagas de empregos,
71 mesmo que o número de espera seja de mil pessoas, e que vivenciamos uma crise Nacional, ele observa
72 positivamente esses encaminhamentos e afirma que o Paraná tem avançado muito. Saliencia para a questão
73 legal, mas principalmente para as Políticas Públicas, a fim de beneficiar a todos, e admite que se deve ter
74 um trabalho social também por parte do empresariado, uma conscientização das Empresas. Com
75 mapeamento apresentado por eles, as Agências poderão identificar de forma mais precisa as aptidões de
76 cada um, e assim, encaminhá-los para cursos, como os do SEBRAE e para qualificação profissional. Luis
77 Felipe Cortes, interrompe e expõe a preocupação de não se colocar a pessoa em risco na empresa, a ideia
78 não é apenas se cumprir a cota, mas participar do Processo Operacional Produtivo, humanizando as
79 relações de trabalho. Retoma a fala Éder Colaço externando sobre o trabalho do Departamento junto a
80 Secretaria de Justiça no foco do Empreendedorismo e sobre a sala do Empreendedor nas Agências. O
81 Presidente senhor Luiz Felipe, reforça o convite ao FÓRUM e pede para se colocar em pauta os
82 encaminhamentos positivos obtidos no Fórum do dia treze. Em desfecho final, o senhor Éder Colaço fala
83 do Fundo do FAT, recurso que o Paraná poderá receber, são doze milhões para todo o Brasil a se dividir
84 com vinte e sete Estados, talvez possa parecer pouco, mas para ele, o ponto principal é contar com as
85 Parcerias. Éder agradecido pela oportunidade, se despede e se coloca disposição de todos para
86 esclarecimentos. Senhora Selma Hadas solicita o contato de e-mail do Diretor. Palavra segue com o
87 Conselheiro senhor Ricardo Vilarinho, manifestando a sua preocupação com as demandas do interior, pois
88 refere-se que essas contratações enfrentam barreiras grandes. Para ele, o empreendedorismo precisa ter
89 Ações voltadas tanto para a Capital quanto para o interior. Os Conselheiros compactuam que essas

90 barreiras existem e pontuam a carência de treinamento de pessoas para atender esse público. Senhor Pedro
91 Martendal da APAE de Cascavel, evidencia a presença do senhor Éder e diz que a “essa igualdade é
92 desigual”; sua inquietação é com relação a deficiência intelectual, que se deve ter um cuidado especial, por
93 ser complexa, para ele, o ambiente precisa ser preparado anteriormente, as empresas precisam ter alguém
94 para orientação e acompanhamento. O mesmo faz referência a um funcionário portador da síndrome de
95 Down, avultando sobre a importância da questão da cota porém destaca a questão social, porque para ele
96 não se trata apenas da questão legal, mas dos municípios pequenos não conseguirem incluir ninguém. Essa
97 dificuldade desses municípios o preocupa. Retoma a palavra o senhor Luiz Felipe, informando aos
98 presentes que devido as três ausências consecutivas do Presidente por motivo de saúde, será necessário a
99 indicação de um novo Presidente para a mesa. Abre-se para discussão dos Conselheiros Representantes da
100 Sociedade Civil. Aguarda-se cinco minutos. Em retorno, acordado a indicação para a Presidência, vice,
101 Conselheira Carla Wingert de Moraes da APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de
102 Palmas. Aplausos. Se apresenta, agradecendo a confiança e solicitando apoio de todos. **Segue a Reunião**
103 **com as discussões das Comissões Permanentes.** Comissão Permanente de Políticas Básicas, Apoio
104 Técnico: Quelen Silveira Coden; Coordenadora Cláudia Camargo Saldanha Relatora Horaides
105 Borges. **Repasse do FUNDEB para as APAES-PR.** Solicitação para que o Conselho Estadual dos
106 Direitos da Pessoa com Deficiência interceda junto a Associação dos Municípios do Estado do
107 Paraná, para que interceda junto aos prefeitos do Estado quanto ao repasse do FUNDEB (Fundo de
108 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da
109 educação) para as APAES do Paraná. **Parecer da Comissão,** Oficiar a Associação dos Municípios
110 solicitando esclarecimentos quanto as parcerias relativas as verbas do FUNDEB e aguardar a
111 resposta para outros encaminhamentos. **Parecer do COEDE, Aprovado Parecer do Conselheiro**
112 **Ivã de Pádua quanto a acessibilidade nos sites para pessoas com deficiência visual.** O Centro
113 de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos do Idoso e da Pessoa com
114 Deficiência solicita informações sobre quais as medidas e ferramentas adotadas e/ou recomendadas
115 pelo COEDE a fim de garantir a acessibilidade nos sítios eletrônicos. Considerando que este
116 Conselho discutiu a problemática em reunião anterior e atendeu ao pedido de vistas do Conselheiro
117 Ivã José de Pádua, segue em anexo (ANEXO B) o relatório com suas contribuições. **Parecer da**
118 **Comissão,** Remeter ao Ministério Público o parecer elaborado pelo Conselheiro Ivã de Pádua.

119 **Parecer do COEDE, APROVADO. Resposta ao e-mail enviado sobre a resolução 109 de**
120 **11/2009 – MDS Associação do Deficiente Físico de Cianorte.** A Assistente Social da Associação
121 do Deficiente Físico de Cianorte encaminha e-mail solicitando informações a respeito da
122 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Relata que entende que a entidade enquadra-se
123 como “serviço de proteção básica no domicílio para pessoa com deficiência e idosa”. Informa que a
124 associação é voltada para o atendimento aos deficientes físicos e questiona se precisam se adequar
125 para atender qualquer tipo de deficiência e pessoas idosas. Entende que cada instituição pode
126 atender a um segmento específico de deficiência. Refere estar sendo cobrada em relação a mudança
127 de estatuto e que a OSC não tem condições de atender todos os deficientes. Este conselho decidiu
128 por solicitar maiores informações quanto a adequação para atendimento de todas as deficiências,
129 assim como questionar se a OSC possui registro em Conselho Municipal de Assistência Social, e
130 em caso de positivo, em que serviço se enquadra, assim como cópia do Estatuto. Em posse dos
131 documentos os conselheiros entenderam que a instituição está tipificada apenas para pessoas com
132 deficiência física. **Parecer da Comissão,** Encaminhar ofício para o Escritório Regional solicitando
133 visita *In Loco*, análise da situação e parecer escrito. **Parecer do COEDE Aprovado.**
134 **Requerimento de Professor Apoio Educacional Especializado (PAEE)** Solicitação de Professor
135 de Apoio Educacional Especializado PAEE para aluno com diagnóstico de TEA e Síndrome de
136 Sturge Weber, matriculado nos 60 anos do Colégio Estadual Marilis Faria Pirocelli na cidade de
137 Cascavel. **Parecer da Comissão,** Será oficiado a Secretaria de Estado da Educação, uma vez que
138 tem uma comissão desta Secretaria que está com visita agenda para escolas nos municípios de
139 Cascavel, Toledo e Foz de Iguaçu. **Parecer do COEDE Aprovado. Alunos afastados das**
140 **Atividades Escolares, Escola Madre Paulina.** Este Conselho recebeu solicitação para interceder
141 junto as famílias de um grupo de alunos com deficiência que atingiram a maioridade e estudam na
142 escola especial Madre Paulina, do município de São José dos Pinhais. Conforme orientações da
143 Secretaria Municipal de Educação do referido município estes educandos passariam a ser atendidos
144 apenas duas vezes por semana a partir do dia 06/05/2019. O Departamento da Pessoa com
145 Deficiência, da SEJUF, entrou em contato com a Promotoria da Pessoa com Deficiência e a
146 Promotora Clemin informou na sexta-feira, dia 03/05/2019, no final da tarde, que foi expedido um
147 prazo de duas semanas para que o atendimento aos alunos continue diariamente, sem atender ao

148 cronograma por ora estipulado, para que as famílias possam buscar alternativas junto ao poder
149 público. No dia 08/05/2019 o diretor do Departamento da Pessoa com Deficiência e presidente do
150 COEDE, Sr. Felipe Braga Cortes, irá se reunir com as promotoras do Ministério Público, Dra
151 Clemen Sílvia Pires Batista Gomes e Dra Sílvia Galesi Campelo, com objetivo de buscar
152 possibilidades para o atendimento dos jovens mencionados. **Parecer da Comissão** Aguardar a
153 reunião que já está agendada para o dia 08/05/2019 com a Promotoria de São José dos Pinhais e no
154 retorno informar as famílias sobre as tratativas. **Parecer do COEDE** Ofício a Secretaria Municipal
155 de Educação de São José e Ofício ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São José
156 dos Pinhais, solicitando esclarecimentos e conhecimento do acontecido na Escola Madre Paulina,
157 acompanhamento do assunto por parte do COEDE-PR e solicitando o acompanhamento do
158 Conselho Municipal de São José. Após leitura da Comissão, o Presidente Luiz Felipe Cortes faz
159 alguns apontamentos. Primeiro da situação crítica de todas as APAEs e da necessidade do recurso
160 chegar até eles. Sugere solicitar que o Ministério Público faça um levantamento de todas as APAES
161 e Escolas Especiais em todo o Paraná, ficando estabelecido que será oficializado as Associações dos
162 municípios e depois o Ministério Público. Cláudia Saldanha, SEED, se posiciona trazendo
163 esclarecimentos da Educação no Paraná, assinala as diferenças entre Estado e Município.
164 Pontuando, que o município atende a Educação Infantil, os Anos Iniciais e o EJA e que ele possui
165 “chave” para sinalizar o Estado dentro do senso escolar para recebimento de recurso. Em discussão,
166 citam sobre o professor de apoio que o Estado disponibiliza para acompanhar cada dois alunos em
167 sala, Cláudia refere-se que as reclamações são pelo fato do professor não atender exclusivamente
168 uma criança, o que causa incomodo dos pais. O Presidente externa a importância em se aproximar
169 de outros Conselhos, Medicina, Psicologia, Educação, para que juntos alinhem ideias e atendam um
170 único protocolo. Segue a reunião, o senhor Luiz Felipe passa a palavra para depoimentos de alguns
171 familiares presentes. São familiares das dezoito crianças que estão sem atendimento no município
172 de São José dos Pinhais, em que consta denúncia. Em primeiro momento, se manifesta a mãe de
173 Talita, criança portadora de paralisia severa. A mãe diz que a criança está sendo atendida somente
174 dois dias da semana na escola, e se mostra bastante entristecida; No segundo momento, a senhora
175 Antônia representando seu neto, aponta sua indignação também e sugere que seja oferecido
176 atendimento com atividades extras, como esporte, arte, para os outros dias. Após, se manifesta a

177 senhora Aline, representando sua irmã, que é autista, não fala, sofre depressão. Ela se vê numa
178 situação muito complicada, numa luta diária, ainda desabafa sobre ter abandonado toda sua vida,
179 sua carreira profissional, para cuidar da irmã. A mesma pede que avaliem a situação dessas famílias
180 e espera que providências sejam tomadas. Após, o Presidente, sensibilizado, agradece as famílias e
181 como registro pontua que o município de Curitiba conta com três escolas especiais municipais e que
182 o município de São José dos Pinhais apenas uma. Segue fala com Cláudia Saldanha, que reforça
183 alguns dados. São trezentos e oitenta Instituições Parceiras no Estado, duas Escolas Estaduais e
184 nove escolas municipais no Paraná, afirma a todos os presentes que o Estado é referência na
185 Educação Especial. Na Educação Infantil e Fundamental não houve nenhum apontamento
186 controverso, apenas alguns apontamentos foram feitos com relação ao EJA. Para ela, a problemática
187 não é se tirar a criança de uma escola, é não ampará-la em outra, isso a Constituição não permite. A
188 mesma sugere, que seja criado um Centro Dia, para que crianças possam frequentar em outros
189 horários, com atividades complementares. Sobre o Decreto ela afirma que ele não é impositivo e
190 que esta decisão deva ter sido tomada pelo município, pois o Estado tem dado assistência há
191 quarenta mil estudantes. Manifestam os Conselheiros. Senhor Ricardo Vilarinho, se mostra
192 consternado com a situação dessas crianças, a falta do atendimento para ele, é inadmissível. O
193 Conselheiro Pedro Martendal, cita o seu filho especial, e também externa sua preocupação. Segundo
194 ele, infelizmente somente se judicializando é que o problema se resolve. Sugere convidar a Diretora
195 da escola para se manifestar. Senhor Ivan, reforça a importância de se convidar os Órgãos
196 responsáveis para que também sejam envolvidos nesse processo, além de se oficializar o Conselho
197 Municipal do Deficiente de São José dos Pinhais. O mesmo indaga, se o Conselho Municipal de
198 São José dos Pinhais teve conhecimento do caso, se eles realmente sabem o que está acontecendo.
199 Posição que os Conselheiros compactuam e avultam para que seja feita essa comunicação. Assim,
200 definido, a oficialização ao Conselho. Acordado. Reunião prossegue com a leitura da segunda
201 Comissão. **Comissão de Garantia de Direitos.** Apoio Técnico Samanta Krevoruczka, Coordenador
202 Ivan de Pádua e Relatora Celma Gomes. Falta de acessibilidade no transporte coletivo. Recebido
203 relato de cidadão com paralisia cerebral que informa quanto às dificuldades para viajar. Em
204 empresas aéreas, recebeu negativa considerando que sua cadeira possui uma bateria que oferecia
205 risco de explosão. Em relação aos ônibus leito, foi informado que não há espaço suficiente no porta

206 malas para acomodar a cadeira. Acabou por fim, viajando de ônibus convencional, o que lhe causou
207 inúmeros desconfortos e dores. Refere que refletindo não somente em relação a sua situação, mas as
208 demais pessoas com deficiência, há a necessidade do Conselho verificar a acessibilidade dos ônibus
209 e as adaptações necessárias nos ônibus leito para permitir às pessoas que utilizam cadeira de rodas
210 possam viajar com maior conforto. **Parecer da Comissão**, Encaminhar ofício ao Ministério
211 Público, com a denúncia do solicitante, descrevendo a discriminação sofrida ao utilizar ônibus leito
212 pela falta de acessibilidade em razão do tipo de equipamento utilizado pelo cidadão. **Parecer do**
213 **COEDE Aprovado**. Solicitação de teste da película auto colante CIELO. A empresa CIELO
214 compareceria a reunião para que os conselheiros com deficiência visual realizem o teste na película
215 autocolante das máquinas de cartão. Parecer da Comissão, Retirada de Pauta por falta de
216 comparecimento da Empresa para realização o teste. Parecer do Coede, Ciente, e solicita
217 confirmação por parte da Secretaria Executiva na próxima reunião para a realização do teste. Não
218 distribuição de bengalas para pessoas cegas ou com baixa visão. O Instituto Paranaense de Cegos
219 encaminha e-mail informando que cerca de 200 pessoas cegas ou com baixa visão, estudantes do
220 IPC estão sem bengalas a mais de um ano. Refere que as bengalas são direito das pessoas cegas e
221 constam na lista de órteses do Ministério Público, sendo responsabilidade dos municípios com
222 gestão plena ou secretarias estaduais, em algumas situações o fornecimento dos equipamentos que
223 são indispensáveis para que as pessoas possam locomoverem-se sozinhas. Solicitam portanto,
224 providências em relação à temática. Parecer da Comissão 1 Envio de ofício à SESA questionando
225 sobre a dispensação de bengalas e solicitação aos serviços do descritivo da bengala. 2. Envio de
226 ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba questionando sobre a dispensação de bengalas.
227 **Parecer do COEDE Aprovado**. Denúncias referentes a negativa dos CRAS para concessão de
228 Passe Livre Interestadual A CPCD tem recebido denúncias de que os CRAS têm se negado a fazer a
229 solicitação de Passe Livre Interestadual. Parecer da Comissão, Solicitar à Coordenação da Política
230 da Pessoa com Deficiência que peça aos usuários que queixarem-se, enviar e-mail para a Secretaria,
231 a fim de averiguar a que se referem especificamente as situações e os municípios onde ocorrem
232 **Parecer do COEDE Aprovado**. Dificuldades na renovação do cadastro da URBS e COMEC
233 Recebido questionamento sobre a dificuldade que as pessoas com deficiência têm para realizar a
234 renovação e apresentar a documentação do transporte de Curitiba e Região Metropolitana. Relata

235 que seu cartão Metrocard vencerá em alguns meses e que ele deve cumprir os critérios que são
236 estabelecidos para renovação, considerando que seu cartão de isento não é permanente. Parecer da
237 Comissão, Envio de Ofício à URBS e COMEC, solicitando a presença na próxima reunião, nesta
238 comissão para discussão da temática. **Parecer do COEDE Aprovado.** Encerramento dos serviços
239 do setor PROTA da UTFPR. O Conselheiro Ivã relata que várias pessoas com deficiência visual têm
240 informado que o setor PROTA da UTFPR encerrou suas atividades. Relata que a situação vai
241 agravar ainda mais a dispensação de bengalas bem como a manutenção de equipamentos para as
242 pessoas com deficiência visual. O PROTA é responsável pela produção e distribuição gratuita de
243 bengalas e pela manutenção de equipamentos usados coletivamente por pessoas com deficiência
244 visual e mobilidade reduzida. Também realiza projetos e desenvolve tecnologias assistivas em
245 diferentes áreas, como o esporte. Parecer da Comissão, Envio de ofício a UTFPR, questionando
246 sobre o encerramento de atividades do Programa de Tecnologia Assistiva – PROTA. **Parecer do**
247 **COEDE Aprovado.** Acessibilidade no elevador de acesso na rodoviária de Curitiba. O Conselheiro
248 Pedro relata que no retorno da viagem da última reunião do COEDE, constatou que o elevador de
249 acesso à passarela, no piso superior que une as duas alas estava interditado. Relata que como várias
250 pessoas necessitam deste equipamento, ele não poderia ficar inoperante. Parecer da Comissão
251 1.Envio de ofício à Rodoviária de Curitiba, questionando sobre o problema e as providências a
252 serem tomadas. 2. Envio de ofício ao Ministério Público relatando a questão. Os dois órgãos
253 deverão ser copiados nos respectivos ofícios. **Parecer do COEDE Aprovado.** Direito da pessoa
254 com Ambliopia (visão monocular) Recebido e-mail de pessoa com deficiência que solicita
255 informações sobre ambliopia. Relata que no Estado do Paraná a Lei Estadual 16945/2011 classifica
256 a visão monocular como deficiência e há jurisprudência no STF assentando o entendimento de que
257 o candidato com visão monocular é deficiente físico. Solicita portanto, informações em relação aos
258 benefícios que poderia se enquadrar. Parecer da Comissão, Retorno ao solicitante com as
259 informações referentes aos direitos da pessoa com deficiência contidos no site da Secretaria de
260 Estado da Família e Desenvolvimento Social, salientando que ambliopia e visão monocular são
261 patologias distintas e o que definirá a deficiência é a acuidade visual. **Parecer do COEDE**
262 **Aprovado.** Ofício nº 040/2019 – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de
263 Colombo. O CMDPCD de Colombo solicita apoio do COEDE no que se refere à aquisição de

264 bilhete de passagem do Passe Livre nas empresas de ônibus. Relata que as empresas de ônibus têm
265 reservado dois assentos nos ônibus, sendo que a Lei 18.419/2015 em seu Art. 98, parágrafo único,
266 refere que devem ser reservados no mínimo dois assentos. Solicitam portanto que o COEDE tome
267 providências para sanar tal problema. Parecer da Comissão, Solicitar ao núcleo jurídico da SEJUF
268 posicionamento acerca da jurisprudência em relação a concessão do benefício, Ofício ao Ministério
269 Público **Parecer do COEDE Aprovado.** Parecer da comissão acrescido de envio de ofício ao
270 Ministério Público. Aposentadoria para pessoa com deficiência x BPC. Recebido e-mail
271 questionando possível equívoco do INSS em relação a solicitação de aposentadoria da pessoa com
272 deficiência (Lei complementar 142, de 08/05/2013) e a concessão do Benefício de Prestação
273 Continuada (Lei 8.742, de 07/12/1993).Relata que ambos estão sendo avaliados sob a mesma
274 perspectiva. **Parecer da Comissão,** Verificar onde reside o cidadão e caso resida em Curitiba,
275 convidar para participar da próxima reunião da comissão. Se não residir, solicitar que a Secretaria
276 Executiva entre em contato, pedindo maiores informações por escrito do relato. **Parece do COEDE**
277 **Aprovado.** Denúncia transporte especial, Colombo (inclusão de pauta) Inicialmente, a comissão
278 solicita que a pauta seja formalizada por e-mail, técnica Quelen. Recebida nova denúncia em
279 relação ao transporte especial do município de Colombo, onde uma mãe relata que seu filho não
280 está mais sendo deixado em frente de casa. Refere que o local onde a criança tem sido deixada a
281 expõe a riscos. **Parecer da Comissão,** 1. Solicitar a técnica que recebeu a denúncia que formalize
282 via e-mail o relatado pela mãe. 2. Oficiar ao município quanto a necessidade de que as crianças
283 sejam buscadas e deixadas em frente às suas casas. **Parecer do COEDE Aprovado,** acrescido de
284 encaminhamento de ofício ao Conselho Municipal de Colombo. Nesta Comissão a discussão segue
285 com esclarecimentos da senhora Carla..., referência ao Decreto e suas Diretrizes. Os Conselheiros
286 se manifestam sobre o Decreto Federal que trata dos Conselhos. O Conselheiro Ricardo Vilarinho se
287 mostra aborrecido e se posiciona sobre a possibilidade de ocorrer a extinção de Conselhos, e como
288 membro do controle social se manifesta no Colegiado evidenciando sua indignação com esse
289 modelo de governo impositivo. E cita frase de Abraham Lincoln “ Do povo, pelo povo, para o
290 povo”. O Presidente Luiz Felipe traz a discussão a Mielomeningocele e pede que Kelly... aponte os
291 encaminhamentos que estão em andamento, com a ideia da concretização da nova Associação e
292 também a discussão sobre o CONADE. Após algumas observações dos Conselheiros a discussão da

293 segunda Comissão é finalizada. Segue para o **Intervalo**. A Reunião é reiniciada com a leitura da
294 Terceira Comissão. **Comissão de Capacitação, Mobilização e Articulação. Apoio Técnico,**
295 **Flávia Bandeira Cordeiro Portela. Coordenadora Carla Regina Wingert de Moraes. E-mail**
296 **do Conselho Municipal de Umuarama sobre a extinção do CONADE.** Conselho Municipal de
297 Umuarama solicitou “informações sobre as medidas que o Conselho Estadual dos Direitos das
298 Pessoas com Deficiência do Paraná adotou para evitar a extinção e cerceamento da participação
299 popular no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência CONADE, conforme prevê
300 o Decreto 9.759/2019”. Ainda, solicitam orientações quanto a possíveis manifestações que possam
301 ser realizada pelo conselho municipal de Umuarama para evitar a extinção do CONADE. Anexaram
302 ao e-mail Nota Técnica do Ministério Público Federal, cópia do Decreto, Nota Pública de
303 manifestação do Ministério Público Federal e Ata da reunião do Conselho Municipal de Umuarama.
304 A Comissão teve acesso ao documento com data de 25 de abril, deliberado em Plenária do
305 CONADE, enviado à Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos e realizou discussão
306 sobre o documento e o decreto. **Parecer da Comissão,** Elaboração e envio de Nota de Apoio à
307 permanência do CONADE, para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Responder
308 ofício ao Conselho Municipal de Umuarama relatando o encaminhamento acima e informando que
309 essa manifestação também pode ser realizada pelos Conselhos Municipais. **Parecer do COEDE**
310 **Aprovado. Questionamento acerca da extinção do CONADE conselheiro Carlos Renato.**
311 Conselheiro Carlos Renato questiona qual o impacto para o COEDE e Conselhos municipais com a
312 extinção do CONADE, ainda, questiona qual orientação para criação de novos Conselhos
313 Municipais. A Comissão discutiu que a possível extinção do CONADE legalmente não impactaria
314 nos Conselhos Estaduais e Municipais, por conta da independência dos entes federados, mas em
315 termos de enfraquecimento da Política da Pessoa com Deficiência. O entendimento desta Comissão
316 e que não existem motivos para extinção: o CONADE já consta na estrutura do Ministério da
317 Mulher, Família e Direitos Humanos, criado por decreto em 02 de Janeiro de 2019; e pelos aspectos
318 abordados na Justificativa enviada a Ministra em 25 de abril de 2019, que demonstra sua histórica
319 efetividade e qualidade nos serviços de interesse público e social que vem prestando nas duas
320 décadas de existência. **Parecer da Comissão,** Elaboração e envio de Nota de Apoio à permanência
321 do CONADE, para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Enviar aos Conselhos

322 Municipais ofício por e-mail, com cópia do Relatório da Comissão, cópia do documento de
323 Justificativa de Existência do CONADE, para ciência e sugestão de manifestação de apoio à
324 permanência do CONADE pelos Conselhos Municipais, que deve ser enviada ao Ministério da
325 Mulher, Família e Direitos Humanos. **Parecer do COEDE Aprovado.** Abre-se a discussão. Os
326 Conselheiros se manifestam com relação as cadeiras de rodas motor, em específico as baterias e
327 seus riscos. O ponto da discussão é o risco de explosão, normas e quais são os riscos do uso em
328 aviões e em ônibus. Observação para a não adaptação em ônibus leito. Alguns Conselheiros,
329 confirmam o risco de explosão da bateria para uso em avião, caso não seja uma bateria especial. E
330 ainda, compactuam com a necessidade de cumprimento das Empresas para ofertar a acessibilidade
331 nestes casos, uma vez que, as mesmas possuem selos identificando essa acessibilidade. Portanto, é
332 preciso urgente a adequação das empresas. A discussão apresenta alguns pontos divergentes do
333 COEDE e Comissão. A Comissão compactua da discriminação sofrida no ônibus e acrescenta a
334 necessidade de se oficializar o Ministério Público. Ricardo Vilarinho expõe posicionamento rígido
335 evidenciando a Lei, que criminaliza a falta de acessibilidade, portanto, para ele, se não tem
336 acessibilidade, automaticamente está se descriminalizando. Pontos acertados. Acordado o parecer
337 da Comissão e do COEDE. Neste momento da reunião, retira-se de pauta a discussão das
338 maquinetas de cartão, porém os Conselheiros observam que as empresas não compareceram na
339 reunião, apresentam as justificativas enviadas, como o parecer da CIELO, e ajustam a importância
340 de se tomar outra providência. Presidente solicita a Secretaria Executiva, reforço do convite as
341 Empresas, bem como, confirmação de presença deles para a próxima reunião. Parecer, Intervenção
342 direta dos Conselhos e posterior notificação ao Ministério Público por violarem a Lei. Senhora
343 Flávia Cordeiro faz algumas considerações importantes. Discussão segue com relato de denúncia do
344 município de Curitiba. As dificuldades enfrentadas pelos deficientes em se renovar cadastro, o
345 documento para transporte. Encaminhamentos; Envio de ofício a URBS solicitando
346 comparecimento de responsável para esclarecimentos ao Conselho e Ofício a Universidade
347 Tecnológica do Paraná. Prossegue reunião. Acessibilidade na Rodoferroviária de Curitiba.
348 Conselheiro Ricardo Vilarinho faz relato pessoal de suas visitas, citando os elevadores interditados,
349 inoperantes. Discussão. Encaminhamento, Ofício notificando a Rodoferroviária e o Ministério
350 Público. Em sequência, a discussão se estende sobre os assentos disponibilizados pelas empresas de

351 ônibus de viagem, que em Lei diz que as empresas devem disponibilizar no mínimo dois assentos.
352 Causa de contestação por parte de alguns Conselheiros. Em fala o Presidente senhor Luiz Felipe
353 salienta sobre as empresas limitarem a quantia de assento, uma vez que, a Lei cita apenas a
354 quantidade mínima, então para ele, é possível sim, a disponibilização de mais assentos caso seja
355 necessário. O Conselheiro Ricardo Vilarinho compactua desse pensamento, mostra seu
356 aborrecimento com a violação do direito que ainda ocorre com esse público. Flávia Cordeiro
357 externa sua posição, ajuíza pontos da Lei. Em uma análise jurídica ela diz que as empresas estão
358 cumprindo a Lei, a legislação sendo atendida a mesma desconsidera a necessidade de notificação.
359 Prossegue reunião. O Senhor Luiz Felipe, esclarece algumas questões do fornecimento de passe
360 livre. O mesmo avulta sobre a impossibilidade desse controle e sugere que as empresas forneçam
361 números desses usuários, para a partir desse relatório quantitativo, o COEDE possa fazer um melhor
362 controle. Sugere-se encaminhar ofício ao Ministério Público. Acordado. Segue relato de denúncia
363 recebida por e-mail. Comissão relata a dificuldade de compreensão do texto e por conseguinte,
364 sugere que a Secretaria Executiva faça um contato com o denunciante para que ele envie outro e-
365 mail com mais clareza da denúncia, para que a Comissão possa dar o seu Parecer. A reunião segue
366 para um ponto bastante delicado, a denúncia de uma mãe. A observação da mãe é que a criança não
367 tem sido deixada em frente de casa. O que causa um descontentamento geral dos presentes. O
368 encaminhamento se dá para a oficialização aos Órgãos competentes e ao respectivo Conselho
369 Municipal. Pela gravidade do caso, o Conselheiro Ricardo Vilarinho solicita a palavra e se
370 manifesta fora do microfone. Pede discrição. Conselheiros assinalam que o Conselho Municipal
371 está presente e portanto destacam ser importante ouvi-los primeiro e somente após dar outro
372 encaminhamento. Respeitando a hierarquia, o Conselho sinaliza a necessidade de casos como estes
373 serem encaminhados primeiro ao Conselho Municipal para não sobrecarregar o Conselho Estadual.
374 Reunião segue para o encerramento. O Presidente Luiz Felipe Cortes, levanta seus últimos
375 apontamentos. Sugere pauta para a próxima reunião, tratar do disque cem e do disque um oito um e
376 sua funcionalidade; Indaga a Secretaria Executiva do tempo que se pode sugerir pauta, de quantos
377 dias de antecedência; Faz apontamentos sobre os Fundos para o Conselho e finaliza reforçando o
378 convite ao Fórum Jovem Aprendiz, que ocorrerá no dia treze às quatorze horas, segundo ele será um
379 Fórum muito dinâmico. Secretaria Executiva em resposta, faz seus esclarecimentos. Outrossim,

380 apontam a falha que houve da última pauta, por não ter sido tratado na reunião, um ponto que tinha
381 sido Aprovado e Deliberado. Pede-se esclarecimentos. Luiz Felipe Cortes, insatisfeito manifesta seu
382 descontentamento e pede que o Conselheiro oficialize o ocorrido e passa a palavra para o senhor
383 Mario da Secretaria de Esportes, que relata sobre os Jogos Abertos do Paraná JAP'S que ocorrerão
384 partir da data de hoje até o dia oito e que estão com as inscrições abertas. E ainda, em
385 desenlçamento da reunião, o Conselheiro Pedro Martendal convida todos os presentes para o
386 Evento “APAE nossa ARTE” que ocorrerá em Cascavel no dia vinte ao dia vinte e quatro, com a
387 participação de todas as APAES do Paraná. Finaliza a reunião, o Presidente Luiz Felipe Cortes
388 agradece e se despede. A presente ata foi gravada e redigida pela servidora Nicolle Pereira, sendo a
389 Secretaria Executiva, Jane Vasques. E após aprovada, será publicada no DIOE e inserida no site do
390 COEDE/PR.